

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DESAFIOS PARA A SUA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Autor (1) Railce da Silva de Azevedo; Co-autor (1) Welrikson Bezerra Prata; Co-autor (2) Ignês Tereza Peixoto de Paiva

*Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, e-mail: [railcedasilva@hotmail.com](mailto:railcedasilva@hotmail.com); Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, e-mail: [wbpratta@hotmail.com](mailto:wbpratta@hotmail.com); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM. e-mail: [Ignestereza@hotmail.com](mailto:Ignestereza@hotmail.com).*

### RESUMO:

Este artigo é resultado das atividades realizadas através da disciplina estágio supervisionado III: Gestão Educacional, Curso de Pedagogia, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, em uma escola da rede pública ensino do Município de Parintins-AM. O interesse maior em realizar a pesquisa surgiu da necessidade de evidenciar: **Quais os desafios que a escola vem enfrentando para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico?** Na metodologia, o estágio supervisionado III: Gestão educacional tem seu enfoque na pesquisa qualitativa. Na coleta de dados utilizamos a observação participante, o registro no caderno de campo, o projeto de intervenção e finalizados com a produção de um artigo que abarcava uma problemática pertinente à escola. Um dos desafios para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico reside na falta de compreensão sobre as partes que compõe o mesmo, tais como o Marco Referencial, Diagnóstico e Programação. O Projeto Político-Pedagógico não se resume apenas em uma ação burocrática, formalista e autoritária, mas sim num processo, que ao longo de sua construção exprime a identidade da escola, ou seja, é o esforço conjunto da instituição escolar, da família e da comunidade. Sendo assim, o estágio supervisionado nos permitiu olhar as dimensões administrativa, comunitária e pedagógica da escola a partir da ação-reflexão-ação.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Projeto Político-Pedagógico, Participação.

### INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das atividades realizadas através da disciplina Estágio Supervisionado III: Gestão Educacional, Curso de Pedagogia, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, em uma escola da rede pública de ensino do Município de Parintins-AM. A partir das observações realizadas perceberam-se inúmeros desafios que a escola vem enfrentando no que diz respeito à efetivação do projeto político pedagógico. E diante das vivências no espaço escolar e pelos diálogos com a gestora e coordenadora pedagógica surgiu à necessidade de evidenciar: **Quais os desafios que a escola vem enfrentando para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico?** Tendo em vista que a escola é constituída de diferentes sujeitos, e torna-se fundamental nesse processo a participação dos mesmos na elaboração deste documento.

Na sua metodologia, o estágio supervisionado III: Gestão tem seu enfoque na pesquisa qualitativa que de acordo com Ludke (2007) diz que abordagem qualitativa supõe uma relação direta e prolongada do pesquisador como o ambiente e a situação que esta sendo investigada. Na

coleta de dados utilizamos a observação, o registro no caderno de campo, o projeto de intervenção e finalizamos com a produção de um artigo que abarca uma problemática pertinente à escola.

Portanto, o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento teórico metodológico que norteia as finalidades e objetivos da escola, desde os aspectos mais específicos, quanto aos mais gerais. E este se constitui por meio da participação ativa de todos os agentes envolvidos no processo educacional. Sendo assim, esta pesquisa tem sua relevância na medida em que nos permitiu olhar as dimensões administrativa, comunitária e pedagógica da escola a partir da ação-reflexão-ação do PPP.

## CONCEITO E FUNÇÃO DE UM PROJETO POLITICO PEDAGOGICO.

A Principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa *autonomia da escola*, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa *resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva*. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. (Grifo nosso) (Veiga 1995, p.14).

Uma questão pertinente na atualidade e que emerge nas entidades educacionais da rede pública, é quanto a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. São inúmeras as dificuldades ressaltadas por coordenadores, gestores, professores e o grupo que constitui o âmbito escolar. Na citação de Veiga, o objetivo maior do PPP é contribuir para a autonomia da escola, sua emancipação concernente a decisões peculiares da instituição escolar, transformar esta em um lugar onde as escolhas possam no mínimo passar por representantes de cada setor ou comissões.

As dificuldades por sua vez existem pela falta de compreensão, da importância e do Projeto Político Pedagógico não só para a escola, mas significativamente para a sociedade. A incompreensão gera a desconfiança, esse aspecto é fundamental pois antes de planejarmos algo o até executá-lo, precisamos conhecê-lo. Portanto antes de continuar o debate sobre a construção do PPP, veremos alguns teóricos que conceituam e caracterizam o papel do projeto político na escola.

Vasconcellos (2010) enfatiza que o PPP é uma sistematização, nunca definitiva, de um planejamento grupal contínuo, nele estará contemplado um referencial teórico pertinente as ações e metodologias que estarão sendo aplicadas para intervir na realidade. É concebível com um instrumento para integrar, organizar e transformar apresenta um aspecto democrático no sentido de ser participativo, e incluir escolhas consensuais.

Concomitante à Vasconcelos, Gadotti e Romão(2001) respaldam um pouco mais acerca do papel político do PPP. Para ambos poderia ser utilizado apenas a nomenclatura “projeto pedagógico”, mais o termo “político” se designa de que todo projeto vem de uma direção, um norte, um rumo, ou seja, de uma política – no dizer de Paulo Freire: não existe política neutra – existente. O lado político que abrange as dimensões econômicas, culturais e sociais, e poderá ou não contribuir com a cidadania e autonomia da escola.

Todo projeto, portanto, almeja uma direção, é a ruptura do agora na busca de uma transformação futura. Norteado por aspectos sociopolíticos, o PPP descreve a realidade e traça um esboço, um conjunto de planos que almeja para uma sociedade melhor, por exemplo, que tipo de aluno a minha escola irá formar e qual será o papel desse cidadão. Assim compreendemos que nesse momento surge o aspecto contínuo desse instrumento de mudança, pois, as constantes contradições que acontecem na sociedade ira refletir no âmbito educacional, as novas teorias e práticas, as novas tecnologias educativas, os aparatos que o docente terá a seu dispor, em fim são inúmeras as mudanças, e é papel dos sujeitos envolvidos inserirem estas informações no Projeto Político Pedagógico.

Na busca por autonomia, o projeto político pedagógico não almeja somente métodos e metodologias divergentes daquelas impostas pelas secretarias, mas sim a sua própria identidade mediante a sociedade. É imprescindível reconhecer que hoje estamos na era das “diversidades”, não apenas no sentido cultural, o social hoje também perpassa por mudanças, cada pessoa, grupo e comunidade é constituída com pessoas que apresentam hábitos e costumes intrínsecos a cada sujeito. Em meio a esse choque de subjetividade institui-se a “escola” que resulta de um processo em crescentes contradições, e, portanto, não existem instituições escolares iguais, apesar de estruturas semelhantes, cada escola terá sua específica “diversidade”.

Hoje a principal função do PPP não está apenas em auxiliar gestores e professores, mas contribuir para reduzir os problemas enfrentados cotidianamente pela escola. E ao pensarmos em um projeto democrático onde todos os sujeitos terão direito a vez e voz, não podemos empregá-lo em uma dicotomia com a gestão que não venha a ser Democrática Participativa. O ambiente, portanto, deverá ser um lugar de divisões de trabalho, capacitações e norteado de informações que possam contribuir com o desempenho individual e grupal da instituição, afinal “*A educação para todos supõe todos pela educação*”. (Grifo nosso) (Gadotti e Romão 2001, p.40).

É notório, portanto a responsabilidade de construir o PPP, para tanto, apesar de um número bastante relevante de autores que debatem o Projeto Político Pedagógico e lançam diversos livros

que orientam professores, coordenadores e acadêmicos em formação, a dificuldade de reunir, debater e construir o planejamento ainda é alarmante. Talvez o principal motivo hoje seja a ausência da tomada de consciência dos sujeitos participante deste processo construtivo, pois os problemas existentes hoje na escola, a maior parte deles é oriundo da individualidade e orgulho desses profissionais. Todavia, resolvido esse embate surge um segundo paradigma da construção do PPP, a sua “estrutura”.

A pergunta mais frequente após o conhecimento da relevância do PPP é: por onde começar? Surge um paradoxo quase que inexorável aos sujeitos participantes, pois trata-se de um documento que irá refletir a realidade da escola, mas como enfatizar esse real de maneira compreensível e satisfatória à comunidade? Para tornar o trabalho menos denso, vamos seguir a estrutura frisada por Celso Vasconcelos (2010), segundo o autor, o Projeto Político Pedagógico se apresenta em três partes, sendo eles: O *Marco Referencial* – corresponde ao que queremos, o nosso objetivo, direciona a uma finalidade –, o *Diagnóstico* – representado pela realidade que estamos inseridos – e a *Programação* – concernente à mediação, ou seja, os meios que utilizaremos para alcançar nosso objetivo.

Mediante ao exposto, é pertinente ressaltar que a estrutura nesse aspecto é uma continuação do conceito e função do Projeto, pois vislumbra os passos necessários para sua construção e efetivação. Portanto, compreender esta relação é entender a dinâmica recíproca entre escola e sociedade, afinal “os pesquisadores precisam(...) ir bem fundo na análise dos elementos que compõe esse cotidiano, questionando suas origens, seu significado, suas limitações e principalmente suas vinculações aos objetivos sociopolíticos e econômicos que o determinam naquele momento histórico” (ANDRÉ 1992, p. 18).

## **LDB E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Temos acompanhando no âmbito educacional, várias discussões sobre a efetivação do projeto político-pedagógico como um instrumento teórico metodológico e identitário da escola. Nesses debates o que tem sido recorrente é o diálogo sobre a autonomia da escola e participação dos sujeitos que fazem parte da mesma, na elaboração do seu PPP. Nesta perspectiva, é que vamos discorrer sobre a base legal que asseguram à escola a plena autonomia para elaborar seu projeto, e dessa forma, discutir sobre os entraves que tem impedido as instituições educacionais a não se apropriarem daquilo que é proposto pela legislação.

A LDB (Lei nº. 9394/96), em seu art.12, inciso I, estabelece a escola a partir do respeito às normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão plena autonomia de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico, devendo articula-se com as famílias e a comunidade, criando um processo de integração da sociedade e escola (inciso VI). No artigo 13 dessa legislação define como os docente participarão da construção do projeto político- pedagógico: *I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. Elaborar e cumprir plano de trabalho de [...]; VI. Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade.*

A respeito da maneira como a escola e os demais profissionais vão elaborar seu projeto político –pedagógico, o documento define no seu art.14 e 15, as seguintes determinações:

- Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
  - II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes;
- Art.15. Os sistemas de ensino assegurarão as unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de dinheiro financeiro público.

A partir do que é estabelecido nos artigos 12, 13, 14, e 15- anteriormente citados- fica evidente que a autonomia da escola é construída quando a mesma elabora seu projeto político-pedagógico com a participação de todos os envolvidos no processo educacional. Entretanto, mesmo a LDB reafirmando que as instituições educacionais juntamente com seus gestores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos, pais e demais envolvidos no processo educacional tem a competência de construir sua proposta pedagógica, ainda temos vivenciado muitos projetos

elaborados distante de suas realidades escolares ou, muitas das vezes são elaborados apenas para fazer-se cumprir o a lei.

Nesse sentido, Bordignon (2005) ao falar de legislação, afirma que a lei vem para estatuir, consolidar o já criado pela ação social instituinte. Isto quer dizer que escola precisa superar a autonomia que é decretada em artigos, incisos e parágrafos e partir para uma autonomia construída a partir da abertura que as bases legais oferecem. Nesta perspectiva Gadotti e Romão (2001) ao dialogarem sobre o instituído e instituinte dentro da elaboração de um projeto político-pedagógico, diz que:

Isso não significa que objetivos, metas e procedimentos não sejam necessários. Mas eles são insuficiente pois, em geral, o plano fica no campo do instituído ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende hoje o discurso oficial em torno da “qualidade”, e em particular da qualidade total. Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola [...] um projeto sempre confronta esse instituído como instituinte.

Como podemos perceber a elaboração do projeto político pedagógico necessita desse movimento entre esses pontos citados pelos autores anteriormente, pois a escola apesar de todo esse processo burocrático que está inserida como lei, políticas governamentais, respeito às normas comuns e do seu sistema de ensino, a mesma também traz uma realidade que é singular e que a faz ser diferente de outra escola. Sendo assim, é que afirmamos que o PPP ao ser construído precisa estar atento não apenas as questões mais amplas que a instituição está inserida, mas incluir os anseios e necessidades dos sujeitos que compõe o do dia-a-dia da escola.

## **METODOLOGIA**

O estágio supervisionado III: gestão educacional tem seu enfoque na pesquisa qualitativa que de acordo com Ludke (2007) diz que a Abordagem Qualitativa supõe uma relação direta e prolongada do pesquisador como o ambiente e a situação que esta sendo investigada. Na coleta de

dados utilizamos os seguintes instrumentos orientados pelo meu manual de estágio supervisionado do curso de pedagogia que consiste em:

➤ **Observação:** esse momento é a caracterização da escola nas suas dimensões administrativa, pedagógicas e comunitária. Observando a articulação que as atividades desenvolvidas pela gestão da escola têm no que se refere ao planejamento, a coordenação pedagógica, ao acompanhamento e avaliação. E a partir dessas observações identificarem as dificuldades e desafios que a instituição tem no que tange a gestão democrática e a construção do seu Projeto Político-Pedagógico.

➤ **Registro no caderno de campo:** consistem nos registros do estagiário sobre suas observações, participações e experiências vivenciadas no campo de estágio, e essas anotações contribuirão para a elaboração do artigo.

➤ **Projeto de intervenção:** surge da necessidade que a escola apresenta a partir dos diálogos entre os estagiários e equipe escolar. Mediante a problemática proposto pela instituição houve a necessidade de realizar o projeto de intervenção intitulado: *projeto político-pedagógico: a estrutura com base imprescindível para uma ação efetiva na escola.*

Assim, ao realizar a observação e projeto de intervenção na escola, o estagiário produz como finalização do estágio supervisionado um artigo a partir de uma problemática pertinente que vivenciou no campo de estágio. Essa etapa é relevante pelo fato de proporcionar ao pedagogo no seu processo de formação refletir sobre as dificuldades que a escola vem enfrentando e buscar através das pesquisas e da investigação subsídios para que se possa contribuir para a mudança da realidade das nossas escolas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do estágio de gestão educacional foi possível através das observações conhecer o trabalho do gestor, como pedagogo em processos de formação vivenciou-se no dia-a-dia quais os desafios que a gestão de uma escola enfrenta para desenvolver seu trabalho. Exercer essa função não é fácil, pois o este profissional precisa olhar a escola não apenas na sua gestão, mas a pedagógica também. Pois, na escola percebeu-se que o coordenador cuida das questões pedagógicas e gestor é que fica responsável de resolver as questões burocráticas da escola. E essa posição que o gestor assume faz que ele se perca da sua real função na escola. E essa forma de trabalhar trás como consequência um trabalho individualizado.

Observou-se também que um dos desafios para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico reside na falta de compreensão sobre as partes que compõe o mesmo, tais como o Marco Referencial, Diagnóstico e Programação, o que implica enveredar o PPP a partir de um enfoque estratégico-empresarial, onde os sujeitos apenas operacionalizam e aplicam o projeto, sem emitir nem um posicionamento político e pedagógico sobre que tipo de educação, sociedade e cidadão querem construir e transformar. Neste sentido, Arroyo afirma todo projeto pedagógico de escola é:

[...] um projeto de pedagogo, de professor. Por isso provoca embates, resistências, divide grupos ou aproxima. Os embates tocam em nossas áreas, em nossos terrenos e quintais. Se o projeto é do coletivo da escola, fica ultrapassado falar em minha turma, minha disciplina, meus conteúdos, meus aprovados e reprovados; nossas tranqüilidades ou inseguranças ficam expostas (2003, p. 173).

Concordamos com o pensamento do autor quando afirma que o trabalho coletivo exige de cada sujeito participante da instituição educacional olhar a escola como espaço de todos, em que o problema da escola, não é apenas responsabilidade da gestão, mas de todos. Nas conversas com a gestora e coordenadoras da escola sobre a construção coletiva do PPP, as mesma relatavam que é muito complicado, mas também não é impossível elaborar esse documento com a participação de todos, um dos empecilhos muitas das vezes é devido os pensamentos e opiniões serem diferentes uns de outros. Nesta perspectiva, Vasconcelos (2004) diz que a forma como que os diferentes membros da comunidade educativa compreendem a realidade escolar poderá ser bastante divergente. Vai ser preciso muita interação, muito diálogo para se chegar às necessidades e às possibilidades de forma rigorosa (não-alienada) e coletiva do PPP.

E a partir dessa dificuldade da escola em não compreender as etapas do projeto, que



realizamos o projeto de intervenção intitulado: *projeto político - pedagógico: a estrutura com base imprescindível para uma ação efetiva na escola*, com objetivo de sensibilizar os membros da escola da importância de realizar o Marco Referencial, Diagnóstico e Programação com a participação de todos. Foi um momento bem proveitoso, pois tivemos a oportunidade de dialogar com cada sujeito participante da escola os desafios para a elaboração do PPP, e dessa forma discutir sobre o que temos feitos enquanto escola e universidade para superarmos esses obstáculos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos e resultados transcritos neste trabalho, observou-se que inerente à construção do Projeto Político Pedagógico está o desleixo profissional dos sujeitos envolvidos nesta jornada. Um desmazelo no sentido de buscar uma autonomia, emancipação e superação da realidade. Pois, o fracasso escolar da atualidade não está mais sobre os ombros da “informação compartilhada”, afinal, livros e artigos que retratam o “tema” em debate já é uma realidade, no qual a instituição escolar insiste em retardar sua realização.

Por outro lado, há os que culpam a linguagem complexa dos autores expressa em seus livros, dificultando, portanto, os segmentos processuais da construção do PPP. Ainda nesta linha de pensamento, a tomada de consciência ainda é o principal fator que respalda o fracasso do Projeto hoje nas escolas, apesar das tentativas da gestão em motivar os sujeitos envolvidos, as reuniões e encontros pedagógicos chegam a se tornar um fado.

Neste sentido, apenas reconhecer a importância do PPP, a composição de sua estrutura, e as Leis que embasam a sua construção não é necessário para que haja uma mudança. A sociedade está em transição, junto com ela os sujeitos e grupos envolvidos, participantes estes que ingressam em nossas escolas, e a transformam em uma instituição política. Compreender esse paradigma é primordial para que os alunos interpretem o seu papel social, a final, o objetivo maior do Projeto Político Pedagógico é contribuir com a escola, numa perspectiva que vislumbre a qualidade de ensino e assim possa refletir a verdadeira identidade dos sujeitos que a compõe.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. “Cotidiano escolar e práticas sócio pedagógicas” IN: Em Aberto, ano 11, n. 53. Brasília, jan./mar. 1992.

ARRROYO, M. G. **Ofício do Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDIGNON, G. **Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC/SEB, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 julho. 2014.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, Romão E (orgs.). **Autonomia da escola: Princípios e propostas**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. 166p.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 10 ed. reim. São Paulo: EPU, 2007.

SOUZA, José Vieira; CORRÊA, Juliane. Projeto Pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: DAVIS *et al* (orgs.). **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010. 207p.

\_\_\_\_\_ **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004a.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 192 p.

